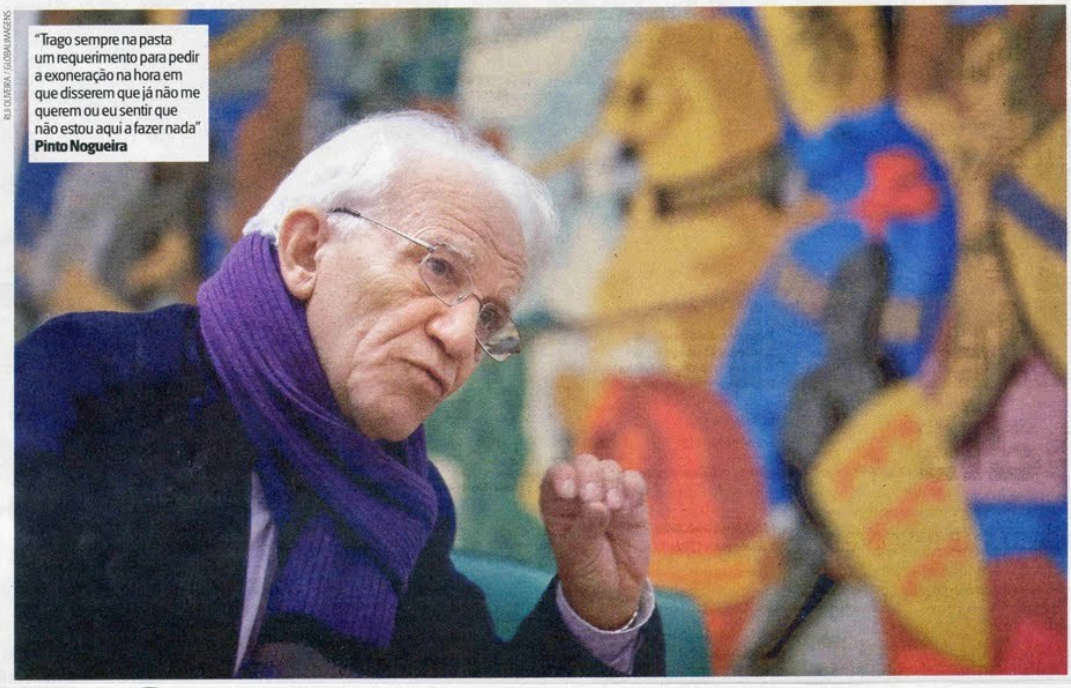
PRIMEIRO PLANO

ENTREVISTA
Alberto Pinto Nogueira
Procurador-geral distrital do Porto

Há a ideia de que os ricos se safam sempre...
E têm toda a razão. Têm dúvidas de que se eu tiver um processo desses, ele nunca mais acaba? Para combater é preciso leis mais simples.

Como chegámos a este estado de impunidade?
Com toda a espécie de vigarices. E agora temos de lutar contra isso com vontade política. Não estando à espera das eleições daqui por quatro anos.

Denúncias de Paulo Morais foram arquivadas...
Nunca se pode investigar um caso três anos após os factos. Gostaria que alguns sectores da PJ fossem tão eficazes como os do crime violento.



RUI OLIVEIRA / GLOBAL IMAGENS

"Trago sempre na pasta um requerimento para pedir a exoneração na hora em que disserem que já não me querem ou eu sentir que não estou aqui a fazer nada" **Pinto Nogueira**

Perfil

Alberto José Pinto Nogueira
64 ANOS, PROCURADOR-GERAL DISTRITAL DO PORTO

Desde 2006 responsável máximo pelo Ministério Público no Norte, conta já com 41 anos de carreira. Filho de operários fabris de Gaia, foi sempre o melhor aluno do secundário. Com média de 18 valores, conseguiu bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian que lhe possibilitou estudar em Lisboa, na Faculdade de Direito, onde teve como colegas mais próximos o ex-ministro da Justiça Alberto Costa e o deputado do PS Vítor Ramalho. Durante os estudos, chegou a ser preso pela PIDE porque um amigo levava exemplares do "Avante" na mala do carro. No Ministério Público, trabalhou em Moimenta da Beira, Vinhais, Vila do Conde, Feira, Gaia e Porto. Em Lisboa, trabalhou na Procuradoria-Geral da República e esteve na Alta Autoridade contra a Corrupção entre 1985 e 1986. Pai de dois filhos, enfatiza não ter apego ao poder. "Trago sempre na pasta um requerimento para entregar ao Conselho Superior do MP a pedir a exoneração na hora em que disserem já não me querem ou eu sentir que não estou aqui a fazer nada". Termina mandato em Junho.

'Não foi o cidadão que criou desgraça'

Culpa políticos pela situação do país e diz que leis labiríntricas impedem verdadeiro combate à corrupção. Magistrados estão transformados em burocratas

ENTREVISTA DE ANTÓNIO SOARES E NUNO MIGUEL MAIA

Responsável máximo pelo Ministério Público (MP) nas 72 comarcas do Norte do país, Alberto Pinto Nogueira dispara em todas as direcções. Não escapam os políticos, as políticas, nem o próprio procurador-geral da República.

O Governo define como prioridade o combate ao crime económico...
A lei de política criminal tem 50 crimes prioritários. Se tudo é prioritário nada é prioritário...

A corrupção não é inovação?
Não. Já lá estava, mas escondida. Porque se sabe muito bem quem é que criou a desgraça do país. Não foram os senhores, nem eu. Eu só gastei o meu dinheiro. Não foi o cidadão, embora se passe a ideia política de que são os cidadãos os responsáveis pela dívida. Ainda não se fizeram as grandes auditorias. A CP deve quanto? A Galp deve quanto? A Metro do Porto deve quanto? Foram os senhores que gastaram? Há imensas corrupçõezinhas.

Mas o MP está preparado?
Pode não estar, mas tem que estar. E não é só o MP. São as polícias de investigação, designadamente a PJ. Precisa de qualificar as competências e de meios. Quantas pessoas trabalham no processo Furacão? Meia dúzia. É preciso inventar outro tipo de processo, outro paradigma para atacar a corrupção antes e não depois.

Inventar que processo?
Num sistema em que o Estado confiasse nos magistrados, o Código de Processo Penal não teria mais do que 30 artigos, como nos EUA ou Inglaterra, onde o juiz cria a lei para o caso concreto. Aqui, como o poder político não confia nos magistrados, aperta-os naquelas coisinhas todas. Convertem-se em burocratas.

Fala dos juízes?
No MP também. Faz-se despachos de 200 folhas para não dizer nada. Os computadores são máquinas excepcionais, mas também perigosíssimas por causa do "corta e cola". Parece que é tudo igual e não é. Cada caso corresponde uma situação concreta, a um problema humano, social ou económico. Não é uma brincadeira, não é um puzzle...

Faz sentido combater a corrupção inventando um novo crime de enriquecimento ilícito?
Esse novo crime partiu da cabeça de uma pessoa que andou a investigar a Câmara de Lisboa – eu não digo quem é mas toda a gente sabe – e no fim disse: "Não acusamos porque não é crime". Ora, só se acusa se for crime! É estupidez. O crime de corrupção deveria ser reformulado. Está mal redigido e até um jurista se vê à rasca para o interpretar.

Há problema entre políticos e Justiça?
Os políticos não podem com o MP. São democratas, mas jacobinos. Quando chega a Justiça à porta deles, vê-se o que acontece.

Tem receio do que os políticos possam fazer à Justiça?
Tenho medo é dos telefonemas dos políticos. Já houve um político que telefonou para cá porque uma procuradora do DIAP acusou-o. Queria que eu demitisse a procuradora... E, não contente, telefonou ao procurador-geral.

Um político telefonou-lhe para um pedido desses?
Os magistrados têm é que ter a força ética e moral para dizer: "O senhor tenha paciência mas não pode ser. É uma pessoa como as outras. Arranje um advogado e faça como os outros". Já fiz isso a três políticos. Um deles nunca mais me falou. ■